



# FUNDO AMAZONIA

## RELATÓRIO DE DESEMPENHO N° 03

**Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental  
de Terras Indígenas na Amazônia**

**Instituto de Conservação Ambiental – The Nature Conservancy  
do Brasil - TNC Brasil**

**Período de Acompanhamento: 01/08/2016 a 31/07/2017**

## APRESENTAÇÃO

O presente documento é um roteiro para elaboração de um Relatório de Desempenho. O objetivo deste relatório é fornecer ao BNDES informações sobre a situação da operação contratada no âmbito do Fundo Amazônia, como a evolução física e financeira do projeto, as ocorrências relevantes referentes ao beneficiário, o atendimento às obrigações contratuais e o monitoramento dos indicadores do quadro lógico, entre outros. O Relatório de Desempenho deve ser preenchido, assinado e enviado ao BNDES pelo beneficiário da colaboração financeira não reembolsável do Fundo Amazônia, em versão impressa e por e-mail.

Nas seções “A”, “C”, “D”, “E”, “F”, “G” e “L” deste modelo de relatório, o beneficiário deve preencher as planilhas eletrônicas que compõem este documento como “objetos incorporados”, os quais permitem o acesso às planilhas eletrônicas a partir do próprio documento de texto. Para o preenchimento, o beneficiário deve clicar duas vezes no ícone do objeto e preencher as tabelas conforme as orientações constantes nas planilhas. Estas planilhas devem ser enviadas impressas ao BNDES em anexo à versão impressa do Relatório de Desempenho e enviadas por e-mail, salvas na versão eletrônica do próprio Relatório de Desempenho.

A apresentação do Relatório de Desempenho pelo beneficiário é parte integrante das obrigações contratuais assumidas pelo beneficiário perante o BNDES, conforme previsto nas “Normas e Instruções de Acompanhamento”, da Diretoria do BNDES.

Além das informações mencionadas no modelo de Relatório de Desempenho, o beneficiário deve enviar, quando solicitado, os documentos pertinentes sobre o cumprimento das condições constantes no contrato.

As orientações para preenchimento do Relatório de Desempenho estão no corpo do presente documento e a equipe responsável pelo acompanhamento do projeto pode ser contatada para quaisquer esclarecimentos.

O Relatório de Desempenho deverá ser encaminhado, aos cuidados do gerente responsável pela operação, para o seguinte endereço:

**Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES**

**Área de Meio Ambiente - AMA**

**Departamento de Gestão do Fundo Amazônia - DEFAM**

**Av. República do Chile, 100 - Protocolo - Térreo**

**Rio de Janeiro, RJ - CEP 20031-917**

***A/C de (preencher com o nome do gerente responsável)***

## ÍNDICE

<i>A) ATIVIDADES REALIZADAS E GRAU DE EXECUÇÃO FÍSICA DO PROJETO</i> .....	5
<b>COMPONENTE 1: ELABORAÇÃO/ATUALIZAÇÃO DE PLANOS DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL E DE PLANOS DE SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA PARA AS SEIS TERRAS INDÍGENAS (TIS) DO PROJETO</b>	
<b>1.2 – Planos de Sustentabilidade Financeira dos PGTAs</b>	5
<b>COMPONENTE 2: IMPLEMENTAÇÃO DE PGTAS, POR MEIO DE PROJETOS LOCAIS DE USO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS NATURAIS E DE AÇÕES DE CONTROLE TERRITORIAL NAS SEIS TIS DO PROJETO</b>	
<b>2.1 Vigilância Territorial</b>	6
<b>2.2 Acordos de Vizinhança</b>	7
<b>2.3 Monitoramento Ambiental</b>	8
<b>2.4 Projetos Prioritários</b>	9
<b>2.5 Arranjos Interinstitucionais de Implementação dos PGTAs</b>	10
<b>COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E TÉCNICO DE REPRESENTAÇÕES INDÍGENAS E DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS RELACIONADAS</b>	
<b>3.1 Formação de Agentes Governamentais</b>	13
<b>3.2 Fortalecimento dos Conselhos de Chefes</b>	14
<b>3.3 Formação de Agentes Ambientais Indígenas</b>	16
<b>3.4 Fortalecimento Institucional de Organizações Indígenas</b>	19
<b>COMPONENTE 4: COMUNICAÇÃO E ARTICULAÇÃO PARA DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES E EXPERIÊNCIAS COM O DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE PGTAS</b>	
<b>4.1 Apoio a viagens de intercâmbio de representantes Indígenas envolvidos no Projeto</b>	22
<b>4.2 Produção de materiais de comunicação sobre as experiências e resultados das ações do IGATI</b>	22
<b><i>Grau Percentual de Execução Física</i></b>	<b>23</b>
<b>B) PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS REFERENTES À INSTITUIÇÃO</b> .....	24
<b>C) CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA (uma versão atualizada está seguindo em Anexo)</b> .....	25
<b>D) QUADRO DE USOS E FONTES DETALHADO</b> .....	29
<b>E) RELAÇÃO DE PAGAMENTOS</b> .....	29
<b>F) LISTAGEM DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS</b> .....	29
<b>G) MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA</b> .....	29

<b>H) INDICADORES DO PLANO DE MONITORAMENTO .....</b>	<b>29</b>
<b>I) DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO PROJETO NA INTERNET .....</b>	<b>29</b>
<b>J) FOTOS DO PROJETO.....</b>	<b>30</b>
<b>K) DEPOIMENTOS SOBRE O PROJETO.....</b>	<b>30</b>
<b>L) ASPECTOS AMBIENTAIS.....</b>	<b>30</b>

## **A) ATIVIDADES REALIZADAS E GRAU DE EXECUÇÃO FÍSICA DO PROJETO**

### **COMPONENTE 1: ELABORAÇÃO/ATUALIZAÇÃO DE PLANOS DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL E DE PLANOS DE SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA PARA AS SEIS TERRAS INDÍGENAS (TIS) DO PROJETO**

#### **1.2 – Planos de Sustentabilidade Financeira dos PGTAs (#6)**

##### **1.2.1 Elaboração dos Planos de Sustentabilidade Financeira dos PGTAs:**

Consultoria contratada em maio de 2017 com os objetivos i) Com base nos subsídios e ferramentas descritos na atividade 1, realizar um levantamento dos custos mínimos ( custeio e investimentos ) para a implementação de cada um dos 4 PGTAs do Projeto IGATI; ii) Identificar fontes de financiamento potenciais para financiar os 4 PGTAs, com base em investigação de campo junto aos atores chave na formulação, execução e financiamento de políticas públicas indigenistas e ambientais, bem como agências de cooperação internacional, multilateral, fundos públicos ou privados, entre outros; iii) Identificar mecanismo (s) financeiros específico (s) ( fundos ou outros exemplos) e apresentar proposta(s) que estejam adaptadas à realidade de cada um dos PGTAs. Essa proposta deve incluir recomendações de arranjo institucional para o mecanismo financeiro, tais como, a definição de suas funções, responsabilidades na esfera do PGTA para a gestão dos recursos financeiros, organograma, fluxos de implementação e tomada de decisão. Deverão ser sugeridos mecanismos de governança, gestão participativa e controle social com base no arranjo interinstitucional de cada PGTA; iv) Apresentar proposta preliminar de plano de sustentabilidade para os membros e representantes dos Núcleos Técnicos de pelo menos 2 PGTAs com vistas a obter sugestões e recomendações de ajuste para o versão final do Plano. Estas reuniões serão realizadas em cidades ou polos-base próximos dos limites das Terras Indígenas que serão indicadas para receberem estas oficinas;

Um outro Produto desta consultoria é o de Identificar as demandas de recursos (custos de investimentos e custos recorrentes) para a implementação da PNGATI em todas as TIs do estado do Pará , segundo os princípios e instâncias nela previstas, incorporando os oito temas de ação da PNGATI: Este Produto foi custeado com recursos de contrapartida da TNC e servirá para subsidiar uma discussão com o Governo do Estado do Pará sobre a inserção de ações da PNGATI no Plano “Pará 2030” de Desenvolvimento Estadual.

Previsão de Término da Consultoria no 10 semestre de 2017, após os dados levantados serem validados em oficinas com os indígenas.

### **COMPONENTE 2: IMPLEMENTAÇÃO DE PGTAS, POR MEIO DE PROJETOS LOCAIS DE USO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS NATURAIS E DE AÇÕES DE CONTROLE TERRITORIAL NAS SEIS TIS DO PROJETO**

## **2.1 Vigilância Territorial (#8, #9, #10, #11, #12)**

### **2.1.1 Expedições de Vigilância Xikrin:**

Em Assembleia do Povo Xikrin realizada em março de 2017 foram definidos que haverá representantes das 11 aldeias da TI Trincheira Bacajá nas expedições de vigilância, que foram programadas para ocorrer em novembro de 2017, em parceria com a Funai.

Ainda com relação ao tema de Vigilância da TI Trincheira Bacajá, no âmbito do arranjo institucional do PGTA, foi entregue 1 Base e 2 postos de Vigilância construídos em áreas consideradas críticas de invasões nos limites da TI Trincheira Bacajá, além de equipamentos, com recursos PBA-CI da UHE de Belo Monte. Estas bases estão sendo ocupadas por funcionários responsáveis pela fiscalização territorial pagos referido PBA-CI.

### **2.1.2 Expedições de Vigilância Oiapoque:**

Durante os meses de setembro, outubro e novembro de 2016 foram realizadas expedições de vigilância e monitoramento dos limites das terras indígenas Uaçá, Galibi e Juminã. Cada região organizou equipes de em torno de 40 pessoas, incluindo agentes socioambientais, lideranças e jovens, para fazer a limpeza dos limites das terras indígenas e identificar situações de invasão, risco, impactos ambientais e outras ocorrências. Foram realizadas 9 expedições nas regiões do Rio Uaçá, Rio Oiapoque, BR-156 e Rio Curipi, pelas equipes das aldeias Açaizal, Espírito Santo, Santa Isabel, Kumarumã, Kumenê, Tukay-Samaúma-Anawerá, Galibi-Ariramba. Nas expedições realizadas, as principais ocorrências encontradas foram: pesca ilegal, vestígios de garimpo, limites sujos e placas de identificação da terra indígena em mau estado, conforme informação detalhada na tabela em anexo.

Em maio de 2017, o IGATI adquiriu uma voadeira para apoiar os indígenas no trabalho das expedições.

Para melhor monitoramento das ações realizadas pelos Agentes Ambientais durante o trabalho nas expedições, foi produzida uma Ficha para os agentes preencherem relatando as ocorrências encontradas. Um exemplo desta ficha encontra-se também em Anexo a este relatório.

### **2.1.3 Expedição de Vigilância Wajãpi**

Entre os meses de setembro e novembro de 2016 ocorreu a expedição de vigilância para o Mukuru localizada em um dos limites da Terra Indígena Wajãpi, atividade esta que incluiu também o acompanhamento dos Agentes Socioambientais Wajãpi (ASAs), realizado pela assessora contratada Maira Freire e pelo funcionário do Iepé Olavo Reis. Neste ponto, a terra indígena faz divisa com a parte do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque que se encontra em terras do estado do Pará, separados ora pelo Rio Jari, ora pelo Rio Inipuku.

A viagem até a aldeia Mukuru teve como objetivo apoiar a ocupação dos limites da TIW, fazer a vigilância do território e atividades ligadas ao plano de gestão da TIW. Além disso, a ida dos assessores teve como objetivo acompanhar os agentes socioambientais na aplicação de questionários de monitoramento e das pesquisas individuais. Durante momentos do trajeto e da estada na aldeia foram realizadas pequenas conversas com alguns dos pesquisadores envolvidos para esclarecimento de dúvidas sobre suas respectivas temáticas e também sobre os métodos e condução das pesquisas.

O relatório completo do trabalho de acompanhamento dos ASAs encontra-se em anexo.

## **2.2 Acordos de Vizinhança (#20, #21, #22, #23)**

### **2.2.1 Contratação de Consultoria para realizar a atualização do Diagnóstico do entorno da Terra Indígena Trincheira Bacajá**

Em junho 2017 foi contratada Consultoria para realizar a atualização das informações do entorno da Terra Indígena Apyterewa e elaboração do diagnóstico do entorno da Terra Indígena Trincheira Bacajá, em especial juntos aos territórios vizinhos a esta TI nos municípios de Altamira, Anapú, Pacajá, Novo Repartimento, Senador José Porfírio e Marabá. A 1ª viagem de campo do Consultor está previsto para se realizar em novembro de 2017. O Termo de Referência indica as principais atividades a serem executadas na Consultoria, que são: i) Atualização de informações básicas do diagnóstico do entorno da Terra Indígena Apyterewa e ao sul da Terra Indígena Trincheira Bacajá com base no estudo previamente realizado e nas informações disponíveis no Sistema de Informações de Licenciamento Ambiental do Estado do Pará e do observatório ambiental da Secretaria de Meio Ambiente de SFX, sobre os Cadastros Ambientais Rurais das propriedades; ii) Realização do diagnóstico do entorno da Terra Indígena Trincheira Bacajá com base nas informações disponíveis no Sistema de Informações de Licenciamento Ambiental do Estado do Pará, sobre os Cadastros Ambientais Rurais das propriedades; iii) Levantamento dos atores locais governamentais e da sociedade civil com atuação na região do entorno da Terra Indígena Trincheira Bacajá, como prefeituras, secretarias, associações, sindicatos, e outros grupos organizados; iv) Esclarecimento, por meio de entrevistas e/ou reuniões, para os atores locais identificados sobre o processo de elaboração dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas Apyterewa e Trincheira Bacajá, levando em consideração as especificidades de cada ator social; v) Identificação junto às aldeias Xikrin da Terra Indígena Trincheira Bacajá das áreas prioritárias para a realização de ações in loco no sentido do envolvimento de atores e populações locais para o diálogo visando à construção de acordos de vizinhança.

A Consultoria se iniciará no final de 2017 . O TDR, e o Resultado do Processo Seletivo desta consultoria encontram-se em Anexo a este relatório.

### **2.2.2 Consultoria para apoiar acordo de vizinhança : Qualificar Diálogo sobre Acordo de Pesca no Rio Xingu entre os Parakanã e seus vizinhos**

Em fevereiro de 2017 encerrou-se o trabalho desta Consultoria. A Consultora realizou duas viagens a campo onde fez uma série de entrevistas com indígenas Parakanã e Ribeirinhos que moram nas comunidades do PARNA Serra do Prado e sul da RESEX Rio Xingu. O ICMBIO, responsável pela administração do PARNA acompanhou de perto este trabalho. Foi feito também um detalhado estudo sobre a prática da pesca na região e os hábitos e lugares onde indígenas e ribeirinhos praticam a atividade. O resultado da Consultoria levantou uma série de recomendações para serem levadas a para a discussão de um futuro acordo a ser firmado entre indígenas e ribeirinhos visando a redução de conflitos e melhor aproveitamento da atividade pesqueira na região.

Dentre as recomendações levantadas pela Consultoria para embasarem um Acordo entre indígenas e ribeirinhos, destacam-se: i) Diminuição no número de apetrechos usados na pesca (tamanho dos pescados tbm) pode ser discutido entre as partes - (parece haver algum excesso no número ( e tamanho) de espinheis

usados em relação ao estabelecido nas regras da UC (Resex RX), em alguns casos; ii) discutir limite de peso mensal para pesca comercial: a taxa atual é relativamente baixa, mas o que é pescado é comprovadamente mais do que vende; iii) Definir áreas de pesca comercial para índios e beiradeiros, levando em consideração a distribuição dos peixes e sua dinâmica na escolha; iv) melhorar sistema de distribuição entre índios do peixe pescado e não vendido; v) promover atividades que fortaleçam a integração entre os Parakanã e beiradeiros em torno de seus interesses, como por exemplo a melhoria da comercialização da castanha, cursos de capacitação, cidadania, monitoramento da pesca. Os produtos resultantes desta Consultoria encontram-se em Anexo a este relatório.

### **2.2.3 Reunião de representantes dos Povos Indígenas do Oiapoque com moradores do entorno das Terras Indígenas do Oiapoque com foco na produção e comercialização do açaí.**

Durante os dias 04 a 07 de outubro de 2016 foi realizada na aldeia Açaizal, Terra Indígena Uaçá, (município de Oiapoque/AP) uma oficina de manejo do açaí e intercâmbio com a comunidade quilombola do Cunani (município de Calçoene/AP). A atividade consistiu na abertura de duas parcelas de manejo de baixo impacto de açaizais, próximas à região do Encruzo, ponto estratégico de cruzamento dos rios Curipi e Uaçá, que está sendo revitalizado. Além da participação dos indígenas karipuna da aldeia Açaizal e dos quilombolas do Cunani, o encontro contou com a presença do especialista em manejo de açaizais de baixo impacto, Dr. Jose Antonio Leite de Queiroz (EMBRAPA), do Sr. Domingos Santa Rosa e do Sr. Haroldo dos Santos Vilhena (FUNAI), da Rita Lewkowicz (Iepé) e dos técnicos do ICMBio, Ricardo Motta Pires (chefe da Unidade de Conservação Parque Nacional do Cabo Orange) e Paulo Silveira, que acompanharam a vinda dos moradores do Cunani buscando uma via de conciliação para o manejo do açaí em uma zona de sobreposição entre o quilombo do Cunani e o Parque Cabo Orange.

A oficina e o intercâmbio proporcionaram um importante espaço de troca de conhecimentos, apontando-se semelhanças e diferenças entre as formas de manejo e a paisagem característica de cada região. Proporcionaram, também, um fortalecimento das relações entre os moradores do entorno da terra indígena, o que possibilitou o diálogo sobre a importância de um trabalho conjunto para a proteção e gestão socioambiental do território. Além disso, a atividade já gerou novos frutos, como a parceria entre indígenas e quilombolas para implantação de um meliponário, criação de abelhas melipônias, na comunidade quilombola do Cunani.

Nesta atividade não foram utilizados recursos IGATI, e sim recursos do Iepé e as instituições parceiras disponibilizaram seus funcionários com seus próprios custos. O relatório completo desta reunião e a lista de presença encontra-se em anexo.

## **2.3 Monitoramento Ambiental (#13, #14, #15, #16 e #17, #18)**

### **2.3.1 Consultoria para Elaborar o Plano de Monitoramento Ambiental do Projeto IGATI**

Em consultoria que terminou em fevereiro de 2017, foi elaborada a ferramenta de Sistema de Monitoramento Ambiental das 7 Terras Indígenas apoiadas pelo IGATI. O processo de construção da ferramenta foi feito a partir da adaptação do software I- Tracker para as especificidades das TIs, com o consultor participando de oficinas com os agentes ambientais de cada um dos 4 PGTA para seleção dos ícones, espécies de fauna e flora e ameaças a serem monitorados pelos agentes com o apoio do aplicativo. O Projeto adquiriu 50 aparelhos celulares (12 em média para cada PGTA) para a instalação dos aplicativos, que serão usados pelos agentes. A consultoria também facilitou junto a técnicos e lideranças de cada povo indígena, a construção de protocolos internos de acesso, de proteção e de compartilhamento das informações coletadas pelo aplicativo; e construiu um plano pedagógico e um Manual de uso



da ferramenta.

A ferramenta está sendo agora testada pelos agentes e passou a contar com o apoio técnico de um especialista do Departamento de Ciências da TNC, através da presença de um profissional em cada etapa dos Cursos de |Formação dos Agentes Ambientais, para sanar dúvidas e, resolver problemas de manuseio do aplicativo, avaliar e propor melhorias na forma de uso da ferramenta .

Os Produtos gerados por esta Consultoria encontram-se em anexo a este relatório.

### **2.3.2 Instalação de Pontos de Internet nos Núcleos de Monitoramento Ambiental**

Em 2017 o IGATI iniciou a instalações dos pontos de Internet dos Núcleos de Monitoramento Ambiental. Estes núcleos contarão também com um computador que irá servir para armazenamento de dados coletados pelos Agentes Ambientais.

Até a data de cobertura deste relatório, já tinham sido instalados dois pontos de Internet no Oiapoque – 1 no Centro de Formação, localizado na aldeia Manga, e outro na região do Encruzo. Os pontos de Internet nas Tis Wajãpi, Apyterewa e Trancheira Bacajá foram instalados somente no 2º semestre de 2017.

### **2.4 Projetos Prioritários (#26, #27, #28)**

O Fundo Amazônia aprovou no fim de 2016 a implantação de dois Projetos Prioritários gerados pelo IGATI, o Projeto Manejo Sustentável da Castanha do Brasil, do PGTA Xikrin e o Projeto de Apoio ao Fortalecimento das Atividades Produtivas na Região do Encruzo, do PGTA do Oiapoque

#### **2.4.1 Projeto Manejo Sustentável da Castanha-do-Brasil na construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Trancheira Bacajá**

Para a realização das atividades do Projeto Prioritário de fortalecimento da organização coletiva indígena Xikrin para a formação e valorização da Castanha-do-Brasil na Terra Indígena, foram construídos 3 paióis (aldeias Rap-Kô; Pytakô; e Bacajá) que, somados aos outros 2 já existentes (aldeias Pot-krô e Mrotidjam - contrapartida TNC/FUNAI/Norte Energia) totalizam 5 paióis na TI TB. Em janeiro de 2017 o Serviço Florestal Americano repassou para a conta da Associação Bepotire Xikrin (IBKRIN) o valor de R\$ 49.000,00 para fazer parte do capital de giro específico para a compra adiantada da produção dos extrativistas Xikrin. No entanto, a safra de castanha do Pará em 2017 foi quase inexistente na região. Apenas 10 caixas de castanha (4 hectolitros) foram compradas, pela Associação IBKRIN, no valor de R\$ 88,00 reais a caixa, sendo que deste montante 10% foram repassados para os paioleiros Xikrin. Essa castanha está sendo beneficiada na Comunidade Rio Novo, da RESEX IRIRI, para ser vendida para a empresa Wickbold. Esta operação ainda não foi totalmente finalizada, por isso não foi possível fechar o saldo da gestão da cadeia para a IBKRIN. Por outro lado, neste ano de 2018 a expectativa será de uma safra bastante volumosa e com boas perspectivas de preço. Para tanto, a TNC está na fase de contratação uma equipe de 3 pessoas (1 Coordenador e 2 técnicos) para fazer todo o processo de capacitação em manejo da castanha e administração dos recursos do capital de giro que está hoje com a IBKRIN.

#### **2.4.2 Construção de 1 Paiol para armazenamento de castanha na TI Apyterewa e contratação de consultoria para elaborar Projeto Prioritário de Produtos Florestais não-madeireiros para o PGTA da TI Apyterewa (contrapartida)**

Em novembro de 2016 a TNC, com recursos de contrapartida, iniciou a construção de 1 paiol para armazenamento de castanha como forma de incentivar os Parakanã a começar a se estruturarem para a organização da cadeia produtiva da castanha e de outros produtos agro-extrativistas na TI Apyterewa. Para reforçar esta iniciativa junto aos Parakanã, foi lançado TDR para a contratação de Consultoria com os seguintes objetivos: i) dar assessoria na Formação de Pailoeiros Parakanã e Xikrin na safra da castanha de 2017 e preparar a organização da Safra 2018; ii) dar assessoria na capacitação dos indígenas no extrativismo da copaíba e cumaru; iii) construção de 1 paiol para armazenamento de produtos florestais não-madeireiros (castanha do Pará, Cumaru e Copaíba) na TI Apyterewa.

Um fator que acabou sendo determinante, e inesperado, no processo foi que quase não produziu castanha nos castanhais no início de 2017. Dessa forma, a TNC conseguiu aditivar (alterar) os termos do contrato da consultoria citada acima para a elaboração de um Projeto de Atividades Produtivas Sustentáveis para o PGTA da TI Apyterewa e Xikrin, que ainda serão entregues pelo Consultor.

O 1º relatório desta Consultoria encontra-se em anexo.

#### **2.4.3 Projeto de Apoio ao Fortalecimento das Atividades Produtivas na Região do Encruzo nas Terras Indígenas do Oiapoque**

O projeto visa fortalecer as atividades produtivas na região do Encruzo (difusão de boas práticas de manejo de açaí, fruticultura e apoio na implantação de roça); apoiar fortalecimento das organizações indígenas locais, da formação de agentes ambientais indígenas, na gestão administrativa e financeira de projetos e na gestão do empreendimento agroextrativista visando a ocupação da região e garantindo o monitoramento e vigilância desta área estratégica para as comunidades indígenas dos rios Uaça, Urukawa e Curipi.

Até 31 de julho duas unidades de manejo de açaí já tinham sido implantadas, atividade esta que contou com apoio da Embrapa. Como contrapartida, as etnias Galibi, Palikur e Karipuna se comprometeram a reformar 3 casas na região, a fim de que fique uma casa para cada um dos povos. Os Galibi e Karipuna já terminaram as suas e os Palikur iriam iniciar a construção da sua. A Internet já foi instalada. Para o verão da região (entre agosto e dezembro) estavam previstas a instalação das caixas d'água para armazenamento de água de chuva e a implantação das três unidades restantes de manejo de açaí e uma de manejo de banana.

#### **2.4.4 Contratação de consultoria para facilitar e apoiar a construção de dois Projetos Prioritários para o PGTA do Oiapoque**

Em março de 2017 foi lançado Termo de Referência (TDR) para contratação de consultoria com o objetivo de facilitar e apoiar os indígenas do Oiapoque na elaboração dos projetos comunitários produtivos como parte do projeto de implementação do PGTA das Terras Indígenas do Oiapoque.

A oficinas participativas de construção dos dois projetos estavam previstas para serem realizadas no 2º semestre de 2017.

O TDR da consultoria, o resultado do processo seletivo e a proposta vencedora, da Toriba Projetos Socioambientais,

encontram-se em anexo.

## **2.5 – Arranjos Interinstitucionais de Implementação dos PGTA (#29, #30, #31, #32, #33)**

Para a implantação dos PGTA é necessário suporte para o funcionamento efetivo dos Núcleos Técnicos de PGTA que é o espaço promover a articulação e coordenação entre as diferentes instituições envolvidas nos seus planos de gestão. O Núcleo técnico dos PGTA Xikrin e Parakanã está instalado e equipado na sede da Funai em Altamira e já é considerado pelos Xikrin e Parakanã como um ponto de referência dos PGTA quando os indígenas estão em Altamira.

Nos PGTA do Amapá, o Núcleo Técnico foi instalado dentro das Terras Indígenas, no Centro de Formação do Manga, no Oiapoque, e no Centro de Formação Aramirã, na TI Wajãpi.

### **2.5.1 Gestão de Arranjo Interinstitucional de Implementação do PGTA da TI Apyterewa**

- **Reunião representantes Parakanã e TNC com Unyleya, para pactuação de apoio as atividades do PGTA Apyterewa**

Em 20 de outubro de 2016 foi realizada na sede da Unyleya, uma das empresas contratadas pela Norte Energia para realizar a implementação do Plano Básico Ambiental da UHE Belo Monte , na cidade de Altamira uma reunião para nivelamento de informações e pactuação de atividades relativas ao PGTA da TI Apyterewa a serem apoiadas pelo Plano Básico Ambiental- Componente Indígena ( PBA-CI ) , e o IGATI tem como principal objetivo nesta parceria fazer com que investimento pelo PBA sejam aplicados apoiando os Pgtas e dentro e articulado com o arranjo de implementação dos mesmos.

O Relatório desta reunião encontra-se em anexo a este relatório

### **2.5.2 Reuniões do Núcleo Técnico do PGTA do Oiapoque**

Durante o segundo semestre de 2016, foram realizadas três reuniões do Núcleo Técnico do Programa de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) das Terras Indígenas do Oiapoque, buscando proporcionar espaços para fortalecer e gerenciar o processo de implementação do PGTA. As reuniões foram organizadas junto ao Conselho dos Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque (CCPIO) e a Fundação Nacional do Índio (FUNIA), e contaram com a participação ativa dos caciques, lideranças, organizações indígenas, professores e jovens indígenas das diferentes regiões do Baixo Rio Oiapoque, assim como instituições e convidados não-indígenas, tais como ICMBio, EMBRAPA, Companhia Oi de Telecomunicações, UNIFAP, entre outros (como pode ser observado nas pautas apresentadas).

A primeira reunião foi realizada de 27 a 29 de julho de 2016, na Aldeia Manga, TI Uaçá; a segunda reunião foi de 14 a 16 de setembro, também na Aldeia Manga, TI Uaçá; e a terceira reunião foi realizada de 07 a 08 de dezembro de

2016, na aldeia Santa Izabel, TI Uaçá.

Durante os encontros, criaram-se espaços de debates sobre temáticas relevantes à gestão socioambiental, assim como foram elaborados acordos e encaminhamentos relacionados ao Projeto IGATI, tais como o Curso de Formação dos Agentes Socioambientais, o Projeto de Revitalização do Encruzo, organização das Assembleias do CCPIO e das expedições de vigilância e monitoramento. De maneira geral, pode-se apontar que as reuniões tiveram um resultado positivo e são instâncias importantes de acompanhamento da implementação do PGTA.

Nas reuniões do Núcleo Técnico foi também apresentada uma prestação de contas do Projeto IGATI. Foi elaborado um modelo de prestação que fosse de fácil compreensão, com os valores divididos por componentes do PGTA e fotos das atividades.

Um relato geral das reuniões do Núcleo Técnico, a lista de presença e o modelo de prestação de contas encontram-se em anexo.

### **2.5.3 – Reunião do Núcleo Técnico do PGTA Wajãpi**

Durante a realização do 4º Módulo do Curso de Formação dos Agentes Socioambientais Wajãpi, (ver atividade 3.3.2 abaixo) foi realizada também a terceira reunião do Núcleo Técnico, que tem como principal objetivo monitorar a implementação do Plano de Gestão Socioambiental da TIW. Os agentes socioambientais de todas as regiões compõem o Núcleo, juntamente com o Iepé, TNC e FUNAI. A pauta principal da reunião foi discutir e avaliar a expedição para o Mukuru (para abertura da pista de pouso) e as outras expedições para a limpeza da picada realizadas (para o Paa Kwera), e a partir disso, fazer o planejamento das expedições para 2017. Através disso, foi feita a discussão dos fundos de vigilância. Em 2017 serão feitas expedições para as seguintes regiões: Okakai, Mukuru e Kupa'y além da limpeza da picada do Pinoty – aldeia mais próxima ao limite da estrada. Ficou decidido que cada uma dessas expedições será coordenada por um Agente, juntamente com o coordenador de cada um dos fundos de vigilância. Além disso, também foi retomado o diagnóstico inicial das aldeias Wajãpi para monitoramento do Plano de Gestão Socioambiental da TIW. Esse diagnóstico foi feito a partir dos questionários produzidos pelos Agentes Socioambientais Wajãpi (ASA) no módulo anterior da formação. Ao longo das próximas etapas da Formação dos ASAs este questionário será aprimorado o questionário, a partir dessa primeira experiência, e depois aplicá-lo em todas as famílias da TIW.

Um relato desta reunião e a lista de presença estão no Relatório do 4º Módulo do Curso de Agentes Socioambientais Wajãpi.

## **COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E TÉCNICO DE REPRESENTAÇÕES INDÍGENAS E DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS RELACIONADAS**

### **3.1 Formação de Agentes Governamentais (#36, #37)**

#### **3.1.1 Realização do Seminário Políticas de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas do Estado do Pará (atividade realizada com recursos IGATI e de contrapartida da TNC)**

Nos dias 29 e 30 de março de 2017 a TNC organizou em Belém o referido seminário, que teve como principais objetivos i) Conhecer o histórico e contexto atual da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI; ii) Construir sugestões para agenda de trabalho conjunta governo e povos indígenas para fortalecer a implementação da PNGATI no Pará; iii) Socializar informações e discutir a participação indígena nas políticas e programas estaduais de desenvolvimento.

Participaram do Seminário cerca de 50 pessoas, entre representantes da APIB, da Coiab, da FEPIPA, representantes da TNC do Brasil e da TNC Global, além de 10 técnicos do Governo do Pará. O Seminário gerou a Carta De Belém, assinada por lideranças e organizações indígenas das 8 etnoregiões do estado do Pará, representantes de 53 povos indígenas deste Estado com reivindicações dos indígenas por maior participação nas definições das políticas e programas estaduais de desenvolvimento.

Cópia das apresentações feitas no seminários, a programação detalhada, lista de presença e a Carta de Belém encontram-se Anexo a este relatório.

### **3.2.2 Contratação de Consultoria para facilitar processo de Formação de Agentes Governamentais dos Estado do Amapá em PNGATI**

Em fevereiro 2017 foi lançado TDR para contratação de consultor para facilitar o processo de qualificação da atuação profissional de gestores públicos que atuam com povos indígenas no Estado do Amapá para Política de Gestão Territorial e Ambiental. A proposta vencedora do processo seletivo, a do consultor Jaime Siqueira, associado da empresa Vértice, foi a vencedora, mas como o valor da proposta inicial ficou acima do limite orçamentário que o projeto tinha para realizar esta contratação, foi feita uma contra-proposta que acabou sendo aceita pelo consultor.

O cronograma para as capacitações foi definido para o 2º semestre de 2017.

O TDR, a nova proposta do consultor (depois da negociação) e o resultado do processo seletivo encontram-se em anexo.

## **3.2 Fortalecimento dos Conselhos de Chefes (#40, #41)**

### **3.2.1 Participação e Controle Social do Povos Xikrin sobre o PGTA e projeto IGATI**

- **Assembleia do Povo Xikrin, maio 2017**

Dos dias 29 a 31 de maio. Realizou-se na aldeia Bacajã, na TI Trincheira Bacajá, a Assembleia do Povo Xikrin. Participaram 58 indígenas, representando as 11 aldeias da TI, além de representantes da Funai e TNC. Vários encaminhamentos relativos à implementação do PGTA foram acordados nesta Assembleia, quando também foi feita uma prestação de contas do IGATI e um discutido um planejamento das próximas atividades por cada componente do Projeto

Uma demanda nova e importante que surgiu foi uma solicitação formal das lideranças para que o IGATI também apoie a Associação Bepo Xikrin (ABEX), além da IBKRIN, que tinha sido apontada em decisão tomada em Assembleia em 2015 como a organização focal do povo Xikrin para a implementação do PGTA e para receber apoio do IGATI. Mas ficou claro nesta discussão que ambas as associações, ABEX e IBKRIN, desempenham um papel importante na estrutura social do Povo Xikrin, A ABEX atuando na organização política e a IBKRIN atuando mais

diretamente nos projetos de etnodesenvolvimento.

Ficamos de analisar e fazer as devidas consultas antes de dar uma resposta final sobre a viabilidade do pedido.

A Ata de Encaminhamentos, lista de presença e fotos desta Assembleia estão em anexo.

### **3.2.2 Participação e Controle Social do Povo Parakanã sobre o PGTA e projeto IGATI**

No âmbito da Consultoria de Fortalecimento Institucional do Centro Parakanã, foram realizadas no 1º semestre de 2017 duas oficinas, uma em Marabá e outra em Altamira, que tiveram um peso de Assembleias, dada a importância dada ao tema - a construção de um modelo interno de organização social do Povo Parakanã - e pelo número de representantes Parakanã presentes na discussão.

Detalhes desta consultoria estão descritos no Item 3.4.3, abaixo

### **3.2.2 Participação e Controle Social do Povo Wajãpi sobre o PGTA e projeto IGATI**

- **III Encontro dos Chefes Wajãpi**

O III Encontro de Chefes Wajãpi foi realizado entre os dias 10 e 11 de agosto de 2016 no Centro de Formação e Documentação Wajãpi, na Terra Indígena Wajãpi. Os coordenadores do Encontro foram Kuripi Wajãpi, atual presidente do Apina, Kureni, coordenador da AWATAC e Kenawari Wajãpi, professor. A pauta do encontro incluiu, entre outros assuntos, a preparação para a Festa de 20 anos da Demarcação da TIW (realizada entre os dias 12 a 15 de agosto de 2016), a organização da expedição coletiva à aldeia Mukuru e a gestão dos fundos de vigilância da TIW; fretes e portão da entrada do Pinoty, garimpo e os impactos de atividades minerárias, a instalação de rádio na aldeia Pinoty, os problemas relacionados ao atendimento a saúde, e eleição das organizações Wajãpi. De acordo com a programação elaborada previamente, um dia do encontro seria reservado para discutir a Festa de 20 anos da demarcação, que aconteceu logo depois. Participaram da Assembleia cerca de 135 Wajãpi

O relato da Assembleia e a lista de presença encontram-se em anexo.

- **IV Encontro dos Chefes Wajãpi**

O IV Encontro de Chefes Wajãpi (Assembleia do APINA) foi realizado entre os dias 28 a 30 de junho de 2017 no Centro de Formação e Documentação Wajãpi, na Terra Indígena Wajãpi. Neste Encontro foi apresentado e avaliado o trabalho da diretoria de 2016 até junho de 2017 e também foi discutido o planejamento das expedições de vigilância no verão, além da eleição de uma nova diretoria com uma nova proposta de reestruturação/reorganização dos coordenadores do Apina. Foram discutidos também o planejamento das atividades do verão (expedição ao Mukuru pelo Rio Jari; os fundos de vigilância, a limpeza de picadas demarcatórias ao redor da TI, a eleição da nova diretoria da APINA para o triênio de 2017/2018/2019; Outros assuntos relacionados à gestão da TI Wajãpi também foram debatidos, como, os problemas enfrentados no atendimento à saúde e educação escolar na tentativa de elaborar consensos entre os chefes Wajãpi para solucionar os problemas e/ou minimizar as pressões. Participaram do Encontro cerca de 170 Wajãpi.

O relato do Encontro e a lista de presença encontram-se em anexo.

### **3.2.2 Participação e Controle Social dos Povos Indígenas do Oiapoque sobre o PGTA e projeto IGATI**

- **XIII Assembleia Geral do Conselho de Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque**

A XIII Assembleia Geral do Conselho de Caciques dos Povos Indígenas de Oiapoque (CCPIO) ocorreu entre os dias 12 e 14 de agosto de 2016, na aldeia Kumarumã, TI Uaçá, município de Oiapoque/AP. O encontro contou com a participação de lideranças Karipuna, Galibi Marworno, Palikur e Galibi Kali'na das diferentes regiões do Oiapoque e representantes das instituições governamentais e não-governamentais. Em três dias de Assembleia foram discutidos diversos assuntos ligados às temáticas de meio ambiente, cultura, saúde, educação e movimento indígena. Participaram da Assembleia cerca de 200 indígenas, além de representantes da Funai, TNC, Iepé, Embrapa RURAP, Secretaria de Meio Ambiente do Estado, Secretaria Estadual de Educação e CASAI, entre outros.

Um relato do evento, a Ata do evento e a lista de presença encontram-se em Anexo.

- **Assembleia de Avaliação e Planejamento Geral do Conselho de Caciques dos Povos Indígenas de Oiapoque**

De 10 a 13 de fevereiro de 2017 realizou-se a Assembleia de Avaliação e Planejamento Geral dos Povos Indígenas do Oiapoque, com o intuito de retomar uma antiga proposta de realização de reuniões anuais internas de discussão e planejamento acerca da atuação de órgãos governamentais e projetos realizados junto a organizações parceiras, em fevereiro de 2017 a Comissão Organizadora da XXV Assembleia de Avaliação e Planejamento dos Povos Indígenas de Oiapoque, composta por representantes das organizações indígenas de Oiapoque, das Coordenações Técnicas Locais da FUNAI, do Iepé e da SEMAI – Secretaria Municipal de Assuntos Indígenas de Oiapoque optou por fazer uma assembleia restrita à participação de representantes indígenas, incluindo caciques e outras lideranças, professores, agentes socioambientais, de saúde, de saneamento, funcionários da FUNAI e do Governo do Estado do Amapá e Prefeitura Municipal de Oiapoque.

Avaliando ainda a insuficiência de tempo para tratar dos assuntos em pauta (nos temas meio ambiente e produção, saúde, educação e movimento indígena) em apenas três dias de assembleia, a comissão do evento optou por inovar na realização deste, trazendo a metodologia utilizada na realização da I Conferência Nacional de Política Indigenista (realizada no ano de 2015 com o apoio da Funai e organizações parceiras dos Povos Indígenas de Oiapoque) e que consistiu na divisão dos participantes em grupos de trabalho, organizados de acordo com a região que habitam nas três Terras Indígenas de Oiapoque (Rios Oiapoque, Urukauá, Uaçá, Curipi e rodovia BR-156), que ficaram responsáveis por discutir os temas propostos e apresentar em plenária para validação os resultados da discussão.

A Ata da Assembleia encontra-se em anexo

- **Assembleia da Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão do Oiapoque (AMIM)**

Nos dias 22 e 23 de outubro foi realizada a IV Assembleia da Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão – AMIM na aldeia Manga, Terra Indígena Uaçá, município do Oiapoque/AP. A assembleia contou com a participação de aproximadamente 170 mulheres das etnias Karipuna, Galibi Marworno, Palikur e Galibi Kali'na, de variadas idades e habitantes das diferentes regiões do Baixo Oiapoque. Também estiveram presentes caciques, lideranças, e representantes da FUNAI, do Iepé, da TNC e da GESCON (escritório que presta serviços de contabilidade para a AMIM). Ressalta-se que a AMIM foi a organização escolhida pelo Conselho de Caciques do Oiapoque para ser a organização representativa para receber apoio de Fortalecimento Institucional do Projeto IGATI.

Na Assembleia foi discutida uma proposta de novo Estatuto para a AMIM, visto que no trabalho de diagnóstico e fortalecimento institucional apoiado pelo IGATI, foram levantados vários pontos do Estatuto da organização que precisavam ser modificados/atualizados em relação ao Código Civil e à Legislação. Foi feita também uma apresentação de todo o trabalho do diagnóstico institucional feito pela consultoria GESCON, contratada pela TNC para deixar a AMIM apta a receber recursos do IGATI. Foi feita também a eleição e posse da nova Diretoria da

AMIM para o triênio 2016 a 2019.

Um relato da Assembleia e a Ata da mesma encontram-se em anexo.

### **3.3 Formação de Agentes Ambientais Indígenas (#38, #39, #42)**

#### **3.3.1 - Formação Agentes Ambientais Xikrin e Parakanã**

- **Construção do do Plano Político Pedagógico para formação de agentes indígenas Xikrin e Parakana a realidade do Pará**

Em novembro de 2016 a TNC contratou consultoria para fazer a adaptação do Projeto Político Pedagógico para a Formação de Agentes Indígenas do Oiapoque e Wajãpi , , para a realidade e contexto sociocultural, político e territorial dos PGTA Parakanã (TI Apyterewa) Xikrin (TI Trancheira Bacajá). O público alvo desta Formação consiste nos jovens indígenas Parakanã e Xikrin inseridos nas atividades e ações estratégicas de implementação do PGTA Xikrin e Parakanã. Em especial na formação de conteúdo, habilidades, competências relacionadas aos temas e eixos do PGTA: (a) proteção territorial; (b) manejo sustentável de recursos naturais e (c) fortalecimento das capacidades e organização social dos povos indígenas Parakanã e Xikrin.

A consultora fez uma viagem para cada umas das Terras Indígenas onde foram realizadas oficinas de discussão e planejamento para as etapas e cursos da formação com os indígenas. Estas discussões geraram um plano específico para Xikrin e Parakanã, e também o desenho dos cursos

- **Processo Seletivo para contratação de Consultorias para ministrarem aulas nos Cursos de Formação Xikrin e Parakanã**

Em março de 2017 a TNC lançou edital para a contratação de serviços especializados para os Xikrin e Parakanã , a TNC e a FUNAI na implementação de Curso de Formação de Agentes Ambientais Xikrin, garantindo-se o protagonismo e a participação qualificada dos Xikrin e Parakanã em todo o processo formativo. O objetivo geral do curso é capacitar e estimular os indígenas participantes a atuarem na gestão ambiental da Terra Indígena Trancheira-Bacajá e Apyterewa a partir da perspectiva e dos saberes próprios Xikrin e Parakanã, em diálogo com os conhecimentos e ferramentas provenientes da sociedade envolvente e com as experiências de outros povos indígenas. Pretende-se, assim, contribuir para uma melhor qualidade de vida e uma maior autonomia e protagonismo dos povos em relação a suas vidas e território concebidos nos respectivos PGTAs.

O Edital foi lançado para a contratação de empresas especializadas e que tivesse em seus quadros pessoas com experiência em docência para indígenas, e o modelo de exigência para empresas deveu-se ao fato de ser possível estabelecer contratos de mais longo prazo, a fim de que as mesmas pessoas participem de todo o processo da formação, visto que esta é uma atividade que foi bem discutida com os indígenas antes de sua implementação e, por isto, demorou a se iniciar.

Os Termos de referência e o resultado do processo seletivo encontra-se em anexo



- **Módulo I do Curso de Formação de Agentes Ambientais Xikrin e Parakanã**

Entre os dias 31 de julho e 11 de agosto de 2017 foi realizada na cidade de Altamira o Módulo I do Curso de Formação de Agentes Ambientais Xikrin e Parakanã. Esta primeira etapa foi realizada extraordinariamente na cidade de Altamira para que houvesse uma primeira apresentação de todos consultores que vão ministrar as aulas e também para aproveitar a oportunidade para apoiar os agentes nos processos de abertura de conta bancária para o recebimento das bolsas.

Participaram deste Módulo 31 agentes Xikrin e 34 Parakanã. Estes agentes foram escolhidos em Assembleias, onde foram dadas preferências aos que sabiam escrever, aos que já tinham participado de processos anteriores de formação de etnomapeadores, mulher para cada região da TI e representantes de associações.

Os próximos Módulos já serão realizados nas respectivas Terras Indígenas e de forma totalmente separadas.

Os relatórios das disciplinas que já foram enviados pelos Consultores encontram-se em anexo.

- **Pagamento de Bolsas para os Agentes Ambientais Indígenas Xikrin e Parakanã.**

Durante a realização, na cidade de Altamira, do Módulo I do Curso de Formação, foi feito o 1º pagamento das bolsas para os Agentes Ambientais que participaram do curso. Para formalizar este pagamento, a TNC elaborou um Termo de Doação, que precisou ser assinado por todos os mais de 60 agentes. O pagamento das bolsas deu-se ou por forma de depósito bancário (para a maioria dos agentes que já tinham aberto conta bancária) ou via Ordenes de Pagamento.

Como os contratos são padrão, em anexo segue um modelo. Os 65 contratos, assinados, estarão disponíveis na auditoria.

### **3.3.2 - Formação Agentes Socioambientais Ambientais Wajãpi**

- **4º Modulo de Formação dos Agentes Socioambientais Wajãpi (ASAs)**

O quarto módulo de formação de Agentes Socioambientais Wajãpi foi realizado no Centro de Formação e Documentação Wajãpi (Posto Aramirã, Terra Indígena Wajãpi) entre os dias 27 de novembro e 12 de dezembro de 2016, no Centro de Documentação e Formação Wajãpi, na Terra Indígena Wajãpi (AP) a quarta etapa da formação. Trinta Wajãpi tem participado destas Formações.

Nesta etapa, foram ministradas duas disciplinas: Produção e Sustentabilidade e Modelos de Desenvolvimento e Terras Indígenas, sob responsabilidade do antropólogo Igor Scaramuzzi. Neste Módulo foram retomados conteúdos e produções dos ASAs na primeira etapa, realizada em dezembro de 2015, fazendo comparações entre os diferentes sistemas produtivos. Além disso, foram feitas discussões sobre a organização do trabalho no sistema capitalista, as relações desiguais entre trabalhadores e empresários, que suscitaram interessantes discussões sobre o assalariamento e o consumismo dentro da TIW e como os Wajãpi têm disso cada vez mais pressionados.

Um relato do 4º Módulo, o relatório das disciplinas e a lista de presença encontram-se em Anexo

- **5º Módulo de Formação dos Agentes Socioambientais Wajãpi (ASAs)**

O quinto módulo de formação de Agentes Socioambientais Wajãpi foi realizado no Centro de Formação e

Documentação Wajãpi (Posto Aramirã, Terra Indígena Wajãpi) entre os dias 16 de julho a 05 de agosto de 2017. Nesta etapa, foram ministradas quatro disciplinas: Práticas de Manejo Sustentáveis, Sistemas de Conhecimento, Instrumentos de Gestão e Monitoramento e Gestão Socioambiental da Terra Indígena Wajãpi. Nesta etapa foram discutidas experiências variadas de manejo agroflorestal e possibilidades de experimentos que possam ajudar na aceleração das capoeiras nas regiões centrais da TIW que, devido a ocupação mais antiga, tem uma diminuição significativa dos lugares bons para fazer roça. Foram detalhados os conhecimentos wajãpi sobre o processo de sucessão de uma capoeira e foi construído com os ASAs um calendário de trabalho para o próximo semestre. Cada ASA propôs um experimento para plantar diferentes espécies de árvores (andiroba, castanha, entre outras) em um estágio específico da sucessão da capoeira para ajudar na aceleração o crescimento da floresta. Cada ASA irá experimentar três espécies diferentes, plantando, aproximadamente, 75 mudas. Esse é o primeiro experimento que os ASA irão fazer, e é uma proposta que visa interrelacionar os conhecimentos wajãpi e os conhecimentos científicos sobre a floresta.

Aproveitando a mobilização dos ASAs para participarem do Módulo, foi realizada também a 3ª reunião do Núcleo Técnico do PGTA Wajãpi (ver relato da atividade 2.5.4).

Um relato do Módulo de Formação, o relatório das disciplinas e a lista de presença encontram-se em anexo.

### **3.3.2 - Formação Agentes Ambientais do Oiapoque**

- **2ª Etapa do Curso de Formação de Agentes Ambientais do Oiapoque**

A segunda etapa da Formação de Agentes Socioambientais Indígenas do Oiapoque ocorreu entre os dias 23 de janeiro e 10 de fevereiro de 2017, no Centro de Formação do 18km, Terra Indígena Uaçá. Foram ministradas três disciplinas: “Sistemas de conhecimento II”, “Instrumentos de monitoramento territorial” e “Conceitos e políticas socioambientais”, como serão detalhadas a seguir. Cada um dos professores elaborou um plano de trabalho da disciplina - incluindo um planejamento dos conteúdos e atividades dia a dia, bem como a metodologia a ser utilizada no curso – a apostila para ser utilizada durante as aulas, e, posteriormente ao curso, entregou um relatório das aulas ministradas. Nesta etapa, houve duas desistências de alunos, sendo que a turma está totalizando em 42 indígenas das etnias Galibi Marworno, Palikur e Karipuna, das Terras Indígenas Uaçá, Galibi e Juminã.

Um relato desta 2ª Etapa, o relatório das disciplinas e a lista de presença encontram-se em anexo

- **3ª Etapa do Curso de Formação dos Agentes Ambientais do Oiapoque**

A terceira etapa da Formação de Agentes Socioambientais Indígenas do Oiapoque (AGAMIN) ocorreu entre os dias 10 de julho e 05 de agosto de 2017, no Centro de Formação do 18km, Terra Indígena Uaçá. Foram ministradas quatro disciplinas: “Modelos de Desenvolvimento e Terras Indígenas II”, “Práticas de manejo sustentável”, “Produção e sustentabilidade II”, “Práticas e conhecimentos sobre agricultura e alimentação”, como serão detalhadas a seguir. Cada um dos professores elaborou um plano de trabalho da disciplina - incluindo um planejamento dos conteúdos e atividades dia a dia, bem como a metodologia a ser utilizada no curso – a apostila para ser utilizada durante as aulas, e, posteriormente ao curso, entregou um relatório das aulas ministradas. Esta etapa contou também com um dia de saída de campo para aldeia Açaizal, TI Uaçá, e dois dias de aulas práticas abrindo uma parcela experimental de agroecologia no Centro de Formação. Nesta etapa, houve mais duas desistências de alunos, sendo que a turma está totalizando em 40 indígenas das etnias Galibi Marworno, Palikur e Karipuna, das Terras Indígenas Uaçá, Galibi e Juminã.

A etapa teve também uma participação por dois dias do técnico da TNC, Jailson, para revisão dos aparelhos e do uso da ferramenta Cybertrack. Foi cedido, assim, um dia da disciplina de Produção e Sustentabilidade para o trabalho com o Cybertrack. Jailson resolveu os problemas com os aparelhos e esclareceu dúvidas dos estudantes com relação ao seu manuseio. Agora é possível usar os celulares novamente, mas foi constatada uma "instabilidade" do aplicativo, que pode não funcionar na hora de passar os dados para o computador. É preciso acompanhar a solução desses problemas para avaliar também se será viável o uso dessa ferramenta pelos indígenas, a longo prazo.

Por fim, ficou agendado o acompanhamento nas aldeias para a primeira quinzena de outubro, visando acompanhar, solucionar dúvidas, assessorar os estudantes na realização de suas atividades nas comunidades. A próxima etapa da formação, por sua vez, está prevista para janeiro e fevereiro de 2018, no Centro de Formação dos Povos Indígenas do Oiapoque, Terra Indígena Uaçá.

- **Pagamento de Bolsas para os Agentes Ambientais Indígenas do Oiapoque**

Já foram efetuados dois pagamentos de bolsas para os Agentes Ambientais Indígenas do Oiapoque. Como no caso do Oiapoque poucos agentes possuem conta bancária a maioria dos pagamentos é feita por Ordem de Pagamento. Desta forma, é necessário dar apoio ao deslocamento dos agentes para o banco, que fica na cidade de Oiapoque, e assim aproveita-se a mobilização dos indígenas para o Centro de Formação para alguma atividade, que fica apenas a 15km da cidade. O pagamento é feito mediante assinatura de contrato, que segue o mesmo padrão dos Agentes Xikrin, cujo modelo está disponibilizado em anexo conforme relatado na atividade 3.3.1.

### **3.4 Fortalecimento Institucional de Organizações Indígenas (#44, #45, #46, #47)**

#### **3.4.1 Fortalecimento Institucional das Organizações ABEX e IBKRIN do povo Xikrin**

- **Consultoria de Fortalecimento Institucional**

No 2 semestre de 2016 a TNC lançou em edital um Termo de referência para apoiar, in loco, o povo Xikrin da Terra Indígena Trancheira Bacajá no fortalecimento institucional de suas organizações e fortalecendo a sua estruturação de forma que tenham uma atuação qualificada na consecução de seus objetivos no âmbito da implementação das ações estratégicas do PGTA, facilitando um processo de construção participativa de um Plano de Fortalecimento Institucional das organizações indígenas Xikrin visando capacitá-las para melhor gerirem seus projetos de Gestão Territorial e Ambiental.

A consultora contratada, Silvana Macedo, fez um detalhado diagnóstico da situação fiscal das duas associações formais do Povo Xikrin, ABEX e IBKRIN, junto aos Cartórios e órgãos da receita federal, estadual e municipal na cidade de Altamira. Foi feita também uma avaliação dos Estatutos das duas associações e levantados os pontos que necessitavam de atualização perante as normas do Código Civil.

Foram também realizadas 3 oficinas (1 em área e duas na cidade de Altamira) com lideranças e representantes das associações visando fortalecer o entendimento das responsabilidades de uma associação e qual é o papel dos

membros do Conselho, e foi discutido um Plano de Trabalho para os dirigentes das duas associações no médio prazo.

Além dos resultados positivos das oficinas, este trabalho criou também as condições para que fosse feito o Acordo de Cooperação entre a TNC e a IBKRIN, assinado no 2º semestre de 2017.

O TDR da consultoria, o processo seletivo da escolha, o contrato com a consultora bem como os produtos gerados encontram-se em Anexo.

### **3.4.2 Fortalecimento Institucional dos Parakanã**

- **Consultoria de Fortalecimento Institucional do Conselho Parakanã**

Em novembro de 2016 a TNC contratou, através de Edital, a Consultoria de Aluisio Azanha para apoiar os Parakanã na discussão sobre fortalecimento do Conselho Parakanã, instância formal de representação do povo Parakanã, que estava inativa nos últimos anos. Participaram das discussões velhos, jovens e caciques, o que acabou fortalecendo também a própria estrutura social dos Parakanã, além de clarear para eles qual o papel de uma associação formal nesta estrutura.

Os objetivos específicos desta Consultoria foram: i) Facilitar o diálogo interno entre os Parakanã para fortalecer o Conselho Parakanã, identificando seus objetivos, composição, forma de funcionamento, fluxo de tomada de decisões, entre outros; ii) Facilitar o diálogo interno entre os Parakanã para desenvolver institucionalmente o Centro Parakanã, definindo seus objetivos, finalidade, formato, estatuto social, organização da equipe interna e dos dirigentes, funções dos diretores e conselheiros, regularidade das reuniões, entre outros; iii) Facilitar o diálogo interno entre os Parakanã para análise das demais associações existentes (Aldeia Xingu e Aldeia Apyterewa) e dar apoio para os encaminhamentos necessários definidos em Assembleia; iv) Acompanhar o processo de Desenvolvimento Institucional do Centro Parakanã – como formulação de Atas e seu devido registro em Cartório, formulação/revisão do Estatuto descrevendo a forma de funcionamento da instituição e adaptação do mesmo ao Código Civil vigente, facilitar a elaboração participativa de um Planejamento Estratégico da instituição entre outros, até a regularização legal da Instituição; v) Planejar de forma participativa a continuidade do Fortalecimento Institucional do Conselho e Centro Parakanã.

Para a realização deste trabalho, foram necessárias a realização de duas oficinas/assembleias, além de uma viagem do consultor por todas as aldeias para preparação e melhor compreensão dos temas focais deste trabalho. O resultado deste processo foi pela revitalização do centro Parakanã, agora denominado Associação Tato`a do Povo Parakanã, e seu novo Estatuto foi acordado na última oficina/assembleia. A consultoria elaborou também uma lista com os próximos passos que precisam ser dados para a regularização da Associação.

Este trabalho de regularização está sendo feito agora, no 2º semestre de 2017, a fim de preparar a Associação Tato`a para receber recursos do IGATI.

Apesar desta consultoria ter sido pensada inicialmente para a ação de Fortalecimento Institucional da associação, todo o processo participativo acabou fortalecendo a participação e estrutura social do Povo Parakanã.

O TDR, processo seletivo, contrato e os produtos entregues pelo consultor de FI até a data deste relatório

encontram-se em anexo.

### **3.4.3 Fortalecimento Institucional da Organização AWATAC do povo Wajãpi**

A Awatac já vem recebendo recursos do IGATI para custos administrativos e pagamento escritório de contabilidade. As prestações de contas são enviadas trimestralmente e um próximo repasse só é feito após a análise da prestação de contas pela equipe da TNC (departamento de *grants*) e pelo envio das certidões negativas do período. Desde o início do contrato a AWATAC tem tido suas prestações aprovadas, demonstrando capacidade para gerir recursos de forma satisfatória.

### **3.4.4 Fortalecimento Institucional da Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão (AMIM) do Oiapoque**

- Finalização da Consultoria de Diagnóstico e Fortalecimento Institucional da AMIM

Em dezembro de 2016 foi finalizado o trabalho da empresa Gescom, contratada no 1º semestre de 2016 para realizar o trabalho de Diagnóstico Institucional e capacitação da Diretoria da organização AMIM, escolhida pelo Conselho de caciques do Oiapoque para ser a organização representativa do PGTA para ser apoiada pelo IGATI. O trabalho da consultoria fez um detalhado levantamento de todas as certidões da AMIM, da situação fiscal, documental, Atas, registros e análise do Estatuto da AMIM. Este diagnóstico foi realizado baseado nas exigências da diligência institucional da TNC para repasse de recursos para parceiros, pois o objetivo principal do trabalho foi deixar a AMIM apta para receber recursos da TNC via projeto IGATI. A consultoria realizou também 3 oficinas com a Diretoria e sócias da AMIM para apresentar os resultados da diligência, apresentar propostas de alteração do Estatuto da AMIM baseado em exigências do Código Civil, e capacitação da Diretoria em obrigações estatutárias.

O resultado do trabalho foi apresentado em Assembleia da AMIM, que acatou as recomendações e aprovou mudanças no Estatuto da entidade e elaborou um Plano de Trabalho para os próximos passos da AMIM (ver menção à esta Assembléia no item 3.2.2 acima)

- Assinatura de Contrato entre TNC e AMIM para transferência de recursos para custos administrativos e pagamento de escritório de contabilidade

Em maio foi assinado o Acordo de Cooperação entre a TNC e a AMIM para repasse dos recursos. Como descrito na atividade acima, a assinatura do Acordo foi precedida de todo um trabalho de regularização da entidade, feita com apoio da consultoria Gescom, contratada pelo IGATI. Seguindo o mesmo modelo dos outros Acordos de Cooperação entre a TNC e as organizações indígenas, as exigências das prestações de contas são trimestrais e o próximo repasse só é aprovado após a aprovação da prestação anterior.

A AMIM, assim como a AWATAC, vai receber apoio também do lepé, através de Oficinas de capacitação e mesmo apoio nas rotinas administrativas.

Cópia do Acordo de Cooperação entre a TNC e a AMIM encontra-se em anexo.

### **3.5 Passagens e despesas de hospedagem e alimentação para viagem à Brasília de Lideranças Indígenas para articulação política**

### **3.5.1 Seminário Final do Projeto GATI em Brasília**

Nos dias 18 e 19 de agosto de 2016 realizou-se em Brasília o Seminário “Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI): Aprendizagem e Perspectivas”.

No âmbito da Cooperação Técnica Funai-TNC, e da parceria das duas instituições na implementação do Projeto GATI conforme proposta na carta consulta da TNC apresentada Fundo Amazonia , o Projeto IGATI apoiou a vinda de 2 representantes indígenas de duas áreas de referência do GATI Amazônia Oriental – Bebere Xikrin, da Terra Indígena Trincheira Bacajá, e Josenildo Palikur, das Terras Indígenas do Oiapoque. Um dos objetivos da evento foi promover a troca de experiências sobre a construção e implementação dos PGTAs, no contexto da implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) visando fortalecer a difusão das lições aprendidas no projeto IGATI \_ Fundo Amazônia.

## **COMPONENTE 4: COMUNICAÇÃO E ARTICULAÇÃO PARA DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES E EXPERIÊNCIAS COM O DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE PGTAS**

### **4.1 Apoio a viagens de intercâmbio de representantes Indígenas envolvidos no Projeto (#49)**

#### **4.1.1 Intercâmbio da IV Semana do Extrativismo/Maio17: intercâmbio de experiências sobre manejo e produção de produtos florestais não madeireiros**

O IGATI apoiou a ida de 1 representante Parakanã na quarta edição da Semana do Extrativismo da Terra do Meio, que este ano aconteceu este ano na Resex Riozinho do Anfrísio, localizada em um afluente do Rio Xingu que leva o mesmo nome, a cerca de 430 km ou dois dias de voadeira de Altamira (PA). As longas distâncias dificultam encontros mais frequentes – na época mais seca do ano (entre agosto e novembro), pode-se levar vários dias de uma localidade para outra. A Semana, portanto, é a ocasião em que todos podem se encontrar para pensar e construir estratégias de ação sobre a produção e gestão do território de maneira integrada. Desta edição participaram os ribeirinhos das três Resexs da Terra do Meio - Riozinho do Anfrísio, Rio Xingu e Rio Iriri, da Estação Ecológica Terra do Meio, do Parque Nacional Serra do Pardo, de Altamira, agricultores familiares de Uruará, indígenas Arara, Xikrin, Juruna, Parakanã, Xipaya e Kuruaya, empresas e instituições governamentais e não governamentais.

### **4.2 Produção de materiais de comunicação sobre as experiências e resultados das ações do Projeto IGATI**

#### **4.2.1 Publicação dos PGTAs das Tis Apyterewa e Trincheira Bacajá**

Em outubro de 2016 foi lançado o 1º edital para a contratação de consultoria para editoração e publicação dos livretos dos PGTAs Xikrin e Parakanã. Estes contratos acabaram sendo assinados somente no 2º semestre de 2017. Além de trabalharem em cima dos materiais produzidos no processo de elaboração dos dois PGTAs, os consultores farão uma viagem (aproveitando a mobilização dos cursos de formação) para validarem os trabalhos com os indígenas. As publicações estarão prontas no 1º trimestre de 2018

O processo seletivo destas contratações encontram-se em anexo.



Grau Percentual de Execução Física

A planilha “Grau Percentual de Execução Física” está representada na figura abaixo.

### Grau Percentual de Execução Física

Preencher a tabela conforme a seguinte legenda:

Indicar, na coluna “% Execução Física Realizada”, o percentual de execução física já realizado até o momento, utilizando critérios ou metodologia de cálculo adequados ao projeto

<b>PRODUTO/SERVIÇO ↓</b>	<b>% Execução Física Realizada</b>
<b>Produto 1.1.1 - Elaboração dos PGTAs das Tis Trincheira Bacajá, Apyrerewa e Wajãpi e atualização dos PGTAs das Tis Galibi, Juminã e Uaçá</b>	<b>100%</b>
<b>Produto 1.1.2 - Elaboração de Planos de Sustentabilidade Econômica dos PGTAs com diagnóstico de investimentos mínimos e de fontes de recursos para seus financiamentos</b>	<b>50%</b>
<b>Produto 1.2.1 - Formação continuada de 60 técnicos da Funai, MMA e órgãos estaduais e municipais</b>	<b>50%</b>
<b>Produto 1.2.2 - Formação de Gestores ambientais indígenas e fortalecimento das estruturas locais de controle social</b>	<b>70%</b>
<b>Produto 1.2.3 - Fortalecimento institucional das organizações indígenas para condução de Gestão administrativa-financeira de PGTAs</b>	<b>60%</b>
<b>1.3.1 - Estruturação e capacitação de equipes comunitárias e apoio à realização de expedições de vigilância</b>	<b>60%</b>
<b>1.3.2 - Estruturação de monitoramento ambiental participativo e informatizado das Tis por meio de redes locais articuladas com gestores de fiscalização da Funai</b>	<b>80%</b>

1.3.3 - Promoção de acordos formais de vizinhança para ordenamento e gestão integrada do Território no entorno das Tis	40%
2.1.1 - Implementação de Projetos comunitários locais e de manejo e uso sustentável de recursos naturais	30%
TOTAL DO PROJETO	

## B) PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS REFERENTES À INSTITUIÇÃO

*Informar aqui atualizações relevantes referentes à instituição beneficiária e outras instituições participantes do projeto, como, por exemplo: novos projetos, novas parcerias, novas fontes de recursos, alterações no estatuto social, mudanças na diretoria, alterações nas informações de contato, etc.*

Durante o período coberto por este relatório, algumas ações importantes com relação à atuação da Estratégia Indígena da TNC, tanto a nível Brasil como internacional, aconteceram, conforme relato abaixo:

- A TNC regional (América Latina) decidiu criar uma Estratégia Regional para o trabalho com Terras Indígenas, o que aumenta a capacidade da organização de atuar e interagir sobre o tema no Continente, aumentando a possibilidade de implementar ações e realizar trocas de experiências importantes para os povos indígenas da América Latina, com perspectivas de também aumentar a atuação da organização a nível Global;
- Aumento da articulação entre as iniciativas de Monitoramento, principalmente de aplicação da ferramenta de Indicadores de Bem-Estar de povos indígenas, que estão ganhando escala a nos 27 países onde a TNC atua com povos indígenas;
- Desenvolvimento pela TNC de um Protocolo (tool kit) de boas práticas de trabalho com povos indígenas, que servirá como uma apresentação da entidade junto a estas populações em todos os países onde atua;
- A iniciativa “Diálogos Empresas e Povos Indígenas”, liderada pela TNC, entrou em sua Fase II, que objetiva o desenvolvimento de projetos pilotos de Boas Práticas a níveis setoriais. Um exemplo desta iniciativa e que tem impacto direto no Projeto IGATI foi uma maior aproximação com a Norte Energia, responsável pela implementação do PBA de Belo Monte, no setor elétrico. Esta aproximação visa qualificar a aplicação dos recursos do PBA, valorizando os PGTAs e qualificando a aplicação de recursos do PBA na região e, conseqüentemente, a sustentabilidade dos PGTAs Xikrin e Parakanã.
- Aproximação da TNC com o Governo do Pará e o Programa de Desenvolvimento Pará 2030, visando a inclusão das Terras Indígenas dentro do Plano de Desenvolvimento do Estado;
- O trabalho da Estratégia Indígena da TNC com a Rede Coiab, que avança na perspectiva de construir meios de aumentar o acesso e controle dos Povos Indígenas da Amazônia a Fundos de apoio a projetos. Houve também um trabalho de fortalecimento da FEPIPA (Federação Estadual dos Povos Indígenas do Pará), da Rede Coiab, o que aumenta a aproximação da Rede também com as Terras Indígenas Trincheira Bacajá e Apyterewa e a sustentabilidade dos PGTAs.



## C) CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA

O Cronograma de Execução Física atualizado da operação deve ser preenchido na planilha “Cronograma de Execução Física”, clicando no ícone de objeto incorporado abaixo. O beneficiário deverá marcar em “Previsto” o último cronograma acordado com o BNDES e, em “Realizado”, o efetivamente executado.



Cronograma de Execução Física

A planilha “Cronograma de Execução Física” está representada na figura abaixo.

**Um Cronograma atualizado e detalhado do restante do Projeto IGATI está seguindo em anexo**

PRODUTO/SERVIÇO ↓	Previsto/ Realizado	DURAÇÃO EM TRIMESTRES															
		T01	T02	T03	T04	T05	T06	T07	T08	T09	T10	T11	T12	T13	T14	T15	T16
Componente 1: Elaboração/atualização de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) e de planos de sustentabilidade financeira para as seis Terras Indígenas (TIs) do Projeto	Previsto	*	*	*	*	*	*	*	*								
	Realizado	*	*	*	*	*	*	*	*								
Componente 2: Implementação de PGTAs, por meio de projetos locais de uso sustentável de recursos naturais e de ações de controle territorial nas seis TIs do Projeto	Previsto	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	Realizado	*	*	*	*	*	*	*	*								
Componente 3: Fortalecimento institucional e técnico de representações indígenas e de instituições públicas relacionadas	Previsto			*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	Realizado			*	*	*	*	*	*								
Componente 4: Comunicação e articulação para disseminação de informações e experiências com o desenvolvimento e a implementação de PGTAs	Previsto				*	*		*		*	*			*	*	*	*
	Realizado				*	*		*									
Componente 5: Gestão do Projeto	Previsto	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	Realizado	*	*	*	*	*	*	*	*								

**Em caso de mudanças no Cronograma de Execução Física “realizado” em relação ao “Previsto”, informar aqui as ocorrências que suscitaram tais mudanças, como eventuais adiantamentos ou atrasos na execução de obras, problemas em processos licitatórios, etc.**

Listamos abaixo algumas ocorrências que impactaram o desenvolvimento de algumas atividades previstas no IGATI :

### 2.1 Vigilância Territorial

Não devemos gastar todo o recurso previsto inicialmente nesta atividade; foi identificado que os Wajãpi acabam não gastando muitos recursos financeiros por já terem maneiras tradicionais de fazer vigilância dentro de seu sistema de andar e ocupar seu território e estar numa região de menor pressão de frentes econômicas; no caso de Apyterewa,

pelo fato de parte da TI estar invadida (conforme informado no Relatório de Desempenho do IGATI referente à 2ª solicitação) e ainda pendente da desintrusão prometida pelo Governo, que não foi totalmente concretizada, está se evitando, por motivo de segurança, que os indígenas façam expedições de vigilância.

Como a questão de proteção e ocupação do Território está sendo também tratada nos Cursos de Formação de Agentes Ambientais, estamos solicitando a realocação de recursos que não serão usados na atividade de vigilância para os Cursos de Formação (ver solicitações de remanejamento enviada por e-mail em 6/12/2017). Para o ano de 2018, o Projeto está prevendo realizar mais uma expedição de vigilância para cada PGTA, inclusive, na TI Apyterewa. Ressaltamos, conforme reportado no relatório da 2ª solicitação, que parte da TI Apyterewa está invadida e à espera de desintrusão prometida pelo Governo Federal, que ainda não aconteceu por completo. Por este motivo, a própria Funai não autoriza que os indígenas percorram a área invadida, por motivos de segurança. A expedição dos Parakanã será realizada em outra região da TI Apyterewa.

## 2.2 Acordos de Vizinhança

Avaliamos com a prática que recursos para reuniões e produção de material de Campanha foram orçados a maior, e que a atividade de estabelecer acordos de vizinhança podem ser feitas com orçamentos menores, desde que bem discutidas internamente com as comunidades. Desta forma, estamos solicitando remanejamento destes recursos orçados “a maior” para serem usados em Assembleias (ver solicitação de remanejamentos enviada por e-mail em 6/12/2017) e reuniões internas, visto que esta atividade consumiu mais recursos do que o previsto inicialmente, pois há uma demanda grande por parte dos indígenas de se reunirem para discutir temas dos PGTAs. As reuniões com vizinhos irão acontecer nos 4 PGTAs, mas utilizando menos recursos do que o previsto inicialmente.

## 2.3 Monitoramento Ambiental

O Sistema de Monitoramento foi implementado e agora está sendo testado pelos Agentes Ambientais com o apoio da equipe de Ciências da TNC. Como os recursos previstos inicialmente para a implementação desta atividade não foram utilizados, e como os agentes indígenas estão atuando também como agentes de monitoramento, esta atividade está sendo também discutida e trabalhada durante os Cursos de Formação de Agentes Ambientais, e, por isto, estamos solicitando o remanejamento dos recursos que não estão sendo utilizados nas linhas orçamentárias que compõe a atividade de Monitoramento Ambiental para a atividade de Formação de Agentes Ambientais Indígenas (ver solicitação de remanejamento enviada por e-mail em 6/12/2017).

## 2.5 – Arranjos Interinstitucionais de Implementação dos PGTAs

Com relação aos Núcleos Técnicos, não devemos gastar todo o recurso previsto originalmente na implementação das Internets, pois estamos pagando as assinaturas de Internet através da Linha do Componente de Monitoramento Ambiental; a internet da sala do Núcleo Técnico dos PGTAs Xikrin e Parakanã, localizada em uma sala na sede da Funai em Altamira, está sendo custeada pela própria Funai, dentro do arranjo de implementação dos PGTAs locais, o que geou saldo nesta linha do orçamento do IGATI. Ainda com relação aos PGTAs do Pará, estamos avançando em negociações com a Norte Energia vislumbrando o estabelecimento de acordos para que o PBA-CI de Belo Monte também tenha os PGTAs como instrumento de canalização dos recursos de compensação e mitigação previstos no PBA-CI (Plano Básico Ambiental-- componente indígena). Estamos, portanto, solicitando remanejamento de recursos que não serão usados na linha de “Instalação de Internets para o Curso de Formação de Agentes Ambientais (ver solicitação de remanejamento enviada anteriormente em 6/12/2017)

## 3.2 Fortalecimento dos Conselhos de Chefes

Esta atividade também consumiu mais recursos do que o previsto originalmente. A necessidade de se fazer mais eventos para a construção dos PGTA's, necessidade esta colocada pelos próprios indígenas que precisavam entender bem o processo para que pudessem "incorporar" o PGTA como se fosse algo realmente deles; o caso dos Parakanã que precisaram reunir lideranças para se pensar a questão da organização indígena representativa (ver relatório parcial de atividades do 3º reembolso) e aproveitaram o processo para também repensar sua organização social; e os custos de logística e o número de pessoas que participam das Assembleias do Oiapoque; a necessidade de se apoiar uma Assembleia da AMIM, no Oiapoque (ver relato da atividade 3.4.2) para legitimar o trabalho feito pela consultoria de Fortalecimento Institucional, foram alguns dos motivos que levaram a este aumento da demanda nesta atividade. Desta forma, estamos solicitando o remanejamento de recursos conforme (ver solicitação de remanejamento enviada por e-mail em 6/12/2017).

### 3.3 - Formação de Agentes Ambientais Indígenas

Esta atividade teve uma demanda bem maior do que o previsto/orçado originalmente no Projeto. Os motivos foram: a importância que os indígenas dão à atividade de Formação, a necessidade e se contratar consultores especialistas (no conteúdo e com experiência no trabalho de dar aulas para indígenas) para cada uma das disciplinas definidas dos Planos Pedagógicos; a necessidade de cumprir uma carga horária maior do que a prevista originalmente para que os agentes possam entrar com pedido de regulamentação junto aos órgãos Estaduais (processo este já iniciado no Amapá); a incorporação de outras capacitações (Monitoramento Ambiental, Vigilância); a necessidade de se atender a uma demanda bem maior de agentes do que o previsto originalmente – outra demanda forte vinda dos indígenas. O Projeto tinha previsto inicialmente trabalhar com 20 agentes por PGTA, mas com as solicitações das lideranças estamos trabalhando hoje com uma média de 35 agentes por PGTA, o que dá maior representatividade de agentes por cada comunidade e reforça a apropriação dos PGTA's pelas comunidades. Desta forma, estamos solicitando o remanejamento de recursos que não devem ser utilizados em outras atividades para reforçar a atividade dos Cursos de Formação de Agentes Ambientais Indígenas (ver solicitação enviada por e-mail em 6/12/2017).

### 3.4 Fortalecimento Institucional de Organizações Indígenas

Esta atividade demorou a se iniciar em virtude do prazo mais longo para se elaborar os PGTA's, de forma participativa, no Pará e, no caso do Oiapoque, houve demora por parte do Conselho de caciques de se estruturarem e escolherem a organização representativa do PGTA local; os diagnósticos institucionais feitos para se encaminhar os contratos acabaram gerando também oficinas que já geraram fortalecimento; Apyterewa necessitou de mais reuniões que serviram também para fortalecer sistema social, e como não tínhamos recursos previstos originalmente para reuniões de Fortalecimento Institucional, acabamos utilizando recursos de Assembleias (até mesmo porque pela presença de lideranças antigas em todas as reuniões estas acabaram sendo uma Assembleia); por motivo da demora para se iniciar o apoio às OIs, haverá bastante sobra de recursos nas linhas de apoio às OI (contabilidade e custos administrativos); estamos solicitando remanejamento de mais recursos (ver solicitação de remanejamentos enviada por e-mail em 6/12/2017) para Consultorias de FI e mais recursos para Assembleias/reuniões e também para Formação de Agentes; além disto, temos demandas para também remanejar recursos para a AWATAC (querem aumentar Custos Administrativos), que alega já estar prestando contas ao Projeto há bastante tempo e em virtude disto está solicitando um aumento nos custos administrativos para R\$5.000,00 mensais para acompanhar o aumento dos preços e a necessidade da AWATAC conseguir um novo espaço para alugar, mais adaptado à suas demandas; existe também a demanda de apoio a uma outra organização Xikrin, a ABEX, solicitação esta encaminhada à TNC pelas lideranças Xikrin em Ata de Assembleia que foi reportada no relatório parcial de atividades do 3º desembolso, enviado em outubro último.



## **D) QUADRO DE USOS E FONTES DETALHADO**

Encaminhado em outro arquivo (Relatório Financeiro).

## **E) RELAÇÃO DE PAGAMENTOS**

Encaminhado em outro arquivo (Relatório Financeiro).

## **F) LISTAGEM DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS**

Encaminhado em outro arquivo (Relatório Financeiro).

## **G) MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA**

Encaminhado em outro arquivo (Relatório Financeiro).

## **H) INDICADORES DO PLANO DE MONITORAMENTO**

Deve ser enviada como anexo a este relatório, a planilha do Plano de Monitoramento do projeto, acordada entre o beneficiário e o BNDES, preenchida em sua coluna “Dados Coletados”.

Os dados coletados pelo beneficiário deverão ter como data-base a do término do período de acompanhamento coberto pelo Relatório de Desempenho ou data anterior próxima a esta.

- Anexo ao relatório.

## **I) DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO PROJETO NA INTERNET**

Informar a seguir o(s) link(s) no sítio eletrônico ocupado pelo beneficiário na INTERNET, com informações atualizadas sobre as atividades previstas no projeto e seu estágio de implementação.

**Link(s):**

<http://www.tnc.org.br/por-que-a-tnc/trabalhamos-em-parceria/nossos-apoiadores/nossos-apoiadores-bndes-indigena.xml>

## **J) FOTOS DO PROJETO**

Devem ser enviadas fotos digitais das atividades realizadas no âmbito do projeto. Adicionalmente, para cada foto digital, devem ser enviadas também as autorizações de uso de imagem e o termo de cessão de direitos autorais, conforme modelos disponíveis ao clicar nas imagens abaixo.

- Várias fotos encontram-se nos próprios relatórios das atividades; outras estão sendo disponibilizados no OpenUpload do BNDES.

## **K) DEPOIMENTOS SOBRE O PROJETO**

Devem ser enviados depoimentos sobre os resultados e impactos do projeto, bem como sobre outros aspectos do projeto considerados relevantes, prestados por beneficiários, parceiros ou por membros da equipe responsável pelo projeto. Esses depoimentos (ou trechos) poderão vir a ser utilizados na divulgação do projeto e seus resultados.

O depoimento deve ser enviado com assinatura do seu autor e se possível acompanhado de sua fotografia em alta resolução. Adicionalmente, para cada depoimento e fotografia, devem ser enviados também autorização de uso de imagem e depoimento e termo de cessão de direitos autorais, conforme modelos disponíveis ao clicar nas imagens abaixo.

- Estamos disponibilizando alguns depoimentos no OpenUpload do BNDES

## **L) ASPECTOS AMBIENTAIS**

Preencher a planilha “Aspectos Ambientais”, clicando no ícone de objeto incorporado abaixo, com os dados referentes às exigências contratuais de comprovação da regularidade ambiental das intervenções previstas no projeto.

Deverão, portanto, constar na planilha a descrição das atividades efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, bem como as informações referentes às respectivas manifestações do órgão ambiental competente autorizando a execução da atividade. No caso de emissão de declaração de inexigibilidade de licenciamento ambiental pelo órgão competente para algumas ou todas as atividades do projeto, deverão constar na planilha a descrição das atividades correlacionadas ao documento que declarou inexigível o seu licenciamento.

A seca prolongada que atingiu o Rio Xingu, especialmente na região de Altamira, causou alterações significativas ao ponto de algumas aldeias Xikim que antes era acessíveis por barco na época da cheia do Rio, este ano só puderam ser alcançados por carro. Isto encareceu os custos de acesso a estas aldeias visto que foi necessário aumentar a contratação de fretes em um número não previsto anteriormente

Os representantes legais da declarante estão cientes de que a falsidade da declaração ora prestada acarretará a aplicação das sanções legais cabíveis, de natureza civil e penal.

Brasília, 13 de outubro de 2016

---

Helcio Marcelo de Souza  
Coordenador da Estratégia Indígena da TNC